

# REVISTA MARACANAN

**Dossiê**

## **As listas nominativas de habitantes como fontes para a história dos preços, 1798-1810<sup>1</sup>**

***The "listas nominativas de habitantes" (lists of the names of inhabitants): sources for the history of prices, captaincy of São Paulo, 1798-1810***

**Tiago Luis Gil**

Universidade de Brasília

tiagoluisgil@gmail.com

**Resumo:** O propósito deste artigo é de apresentar as listas nominativas de habitantes, uma espécie de censo populacional do período colonial, como uma fonte útil para os estudos de história dos preços. Tais documentos têm, para os últimos anos do Século XVIII e os primeiros do XIX, listagens amplas de preços correntes operados nas vilas feitas para controlar as almotaçarias das Câmaras. Essas listas mencionam produtos produzidos e consumidos nas localidades, produtos exportados e importados. Com esses dados, é possível estabelecer comparações regionais dos preços e trocas existentes entre as localidades dentro da capitania com o restante da colônia e com o Reino. Uma crítica da fonte e alguns testes de validação são apresentados ao longo do texto.

**Palavras-chave:** História econômica; Preços; Listas nominativas de habitantes.

**Abstract:** The purpose of this article is to present "listas nominativas de habitantes" (lists of the names of inhabitants), a type of population census of the colonial period, as a useful resource for studying prices at that time. These documents include, for the last years of the 18th century and the first years of the 19th, large lists of prices charged at that time in the towns. The lists were made by the almotaçarias (market and sanitary inspectors) of the local councils to control the regional markets. They mention goods produced and consumed in the nearby regions, products which were exported and imported. A criticism of the sources and some validity tests are presented throughout the text.

**Keywords:** Economic History; prices; lists of the names of inhabitants

**Recebido:** Abril de 2017

**Aprovado:** Junho de 2017

---

<sup>1</sup>Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq.

## Apresentação do problema

O objetivo deste artigo foi de destacar as listas nominativas de habitantes como fonte útil para o estudo dos preços no período colonial. Tais listas continham um levantamento da população das vilas no período colonial. Apesar de sua produção não ter um recorte regional e de ser possível para qualquer canto da América Portuguesa, a Capitania de São Paulo, através dos esforços do Morgado de Mateus, destacou-se em sua elaboração anual, que se manteve ativa entre 1765 até meados do século XIX. A partir de 1798, por determinações da administração portuguesa, as listas passaram a ser mais detalhadas e a informar muito além dos “fogos” (unidades domésticas) que se somavam para compor uma vila, detalhando sua composição interna familiar, escravos e agregados. A fonte passou a informar, também, o movimento do comércio local, a produção da comunidade, as listas de ocupações e - nosso interesse direto - as tabelas de preços detalhadas para todas as mercadorias produzidas, consumidas e exportadas pela localidade.<sup>2</sup>

As séries de preços das listas nominativas de que dispomos não se alongaram no tempo: iniciaram-se em 1798 e não passaram da segunda década do século XIX. Então, são pouco úteis se considerarmos as principais tradições de estudos de história dos preços, tanto a defendida pelo *International Scientific Committee on Price History* quanto a defendida pela matriz fundada a partir dos estudos de Ernest Labrousse. Ainda que bastante diferentes, as duas abordagens tinham algo em comum: a ênfase em séries de longo prazo, como as exploradas por Hamilton, por exemplo, em seu estudo sobre a Espanha na época moderna, ou por Florescano, em seu trabalho sobre o México no século XVIII.<sup>3</sup> Embora nossa amostra não permita a construção de grandes séries, seu valor reside em sua dispersão geográfica e na intensidade local: temos dados para a maioria das vilas da Capitania de São Paulo, o que incluía o estado de mesmo nome, o atual Paraná e parte considerável (o interior) da divisão de Santa Catarina. Essa condição nos permite avaliar melhor os mercados regionais e, em certo sentido, a integração comercial possível entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Isso significa que, apesar de curta, nossa amostra nos permite pensar boas perguntas para a economia colonial. Parte expressiva dos trabalhos sobre história dos preços está focada na discussão acerca das fontes adequadas para essa tarefa. Labrousse, em seu estudo clássico sobre as *Mercuriales*, dedica grande parte de seus artigos para avaliar a qualidade da fonte e

<sup>2</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “As listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765–1836)”. *Anais de História de Além-Mar* XVI, 2015, p. 313-338. As listas nominativas de habitantes se conservam no Arquivo Público do Estado de São Paulo, também sob o nome de “Maços populacionais”.

<sup>3</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Para uma história dos preços do período colonial: questões de método. *Locus* 14, n. 1, 2008, 163-194; FLORESCANO, Enrique. *Precios del maíz y crisis agrícolas en México (1708-1810)*. México: El Colegio de México, 1969; HAMILTON, Earl. *War and prices in Spain, 1651-1800*. New York: Russell & Russell, 1969.

os limites de seu uso.<sup>4</sup> Florescano, já mencionado, apresenta com cuidado os *Libros de Cuentas* e suas peculiaridades.<sup>5</sup> É com a mesma preocupação que apresentamos este artigo.

## Questões gerais sobre história dos preços

Um dos primeiros estudos sobre os preços na história foi publicado em 1901, em *L'Année Sociologique*. A preocupação de Simiand em *Essai sur le prix du charbon en France et au XIX siècle* eram as condições de formação do preço e seus efeitos na cadeia produtiva. Anos depois, já na década de 1930, o interesse sobre o assunto se tornou mais efetivo. Três movimentos paralelos se consolidaram. Um deles, o *International Scientific Committee on Price History*, focava seus objetivos na construção de séries de dados sobre os preços em diversos países e ao longo da história, com uma perspectiva comparativa, tendo como alvo final o estudo dos níveis de vida e de atividade econômica. Para tanto, foi necessário definir critérios comuns de seleção e coleta de dados.<sup>6</sup> Carrara enumerou os seguintes critérios adotados pelo Comitê: a) as séries deveriam ser construídas com uma mesma fonte; b) os preços deveriam fazer referência a bens de mesma qualidade; c) os preços deveriam se referir a bens de mesma medida ou quantidade; d) os preços deveriam ser expressos em moeda corrente da época; e) no caso de salários, os preços deveriam ser relativos a atividades equivalentes. Um último critério estabelecia as fontes preferíveis: documentação contábil sobre o consumo de instituições eclesiais e hospitalares ou de casas senhoriais. Essa preferência era devido à semelhança potencial entre as fontes dessas instituições em quaisquer contextos nacionais ou regionais.<sup>7</sup>

Outro movimento importante dos anos 1930 incluiu as pesquisas de Ernest Labrousse, que publicou, em 1933, seu clássico *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle*, em que dava atenção ao movimento dos preços do trigo, considerando, também, os salários e as rendas no século XVIII. Esse trabalho foi seguido de outros dois, ainda antes da Segunda Guerra. Ele publicou, em 1939, *Les prix. Prix et structure régionale: le prix du froment, 1782-1790*, na célebre *Annales*. No ano seguinte, lançou uma continuação do texto na mesma revista, intitulado *Les prix: comment contrôler les mercuriales? [Le test de concordance]*. Em ambos os textos, enfatizava sua preocupação metodológica com o manejo dos dados e o conhecimento das fontes. Para ele, ao contrário da posição do *Committee*, os preços de contabilidades senhoriais ou institucionais não eram as melhores fontes possíveis. As *mercuriales*, listas periódicas de preços nas diversas regiões da França, eram os documentos mais adequados para esses estudos. Labrousse fala:

<sup>4</sup>LABROUSSE, C.-E. Les prix : comment contrôler les mercuriales ? [Le test de concordance]. *Annales d'histoire e sociale*, 2. année, n. 2, 1940, p. 117-130.

<sup>5</sup>FLORESCANO, Enrique. *Precios del maíz... Op. cit.*

<sup>6</sup>CARRARA, Ângelo Alves. Para uma história dos... *Op. cit.*

<sup>7</sup> *Idem.*

*Les prix consignés sur son calepin se rapporteront à des qualités variables. Et surtout les achats ne seront pas faits aux mêmes périodes : le prix de la barrique de vin du pays porté en compte correspondra peut-être à un maximum ou à un minimum saisonnier. C'est donc la mercuriale que nous ouvrirons tout simplement — avec les précautions d'usage — pour y chercher ce que le carnet ne nous aurait ou nous aurait moins bien donné : un prix représentatif d'une grande masse d'échangée, établi marché par marché selon les mêmes procédés, relevé périodiquement à de courts intervalles, et couvrant de sa ligne oscillante toute une année économique.*<sup>8</sup>

[Os preços registados em seu caderno faziam referência a qualidades diferentes. E, sobretudo, as compras não eram feitas para os mesmos períodos: o preço do barril de vinho local colocado nas contas corresponderia, talvez, até um máximo ou um mínimo sazonal. É assim então que trabalharemos com a "mercuriale" simplesmente - com as devidas precauções - a buscar nelas o que o livro de contas teria poder ter dado: um preço representativo de uma grande massa de trocas, estabelecido mercado por mercado usando os mesmos processos, levantada periodicamente em intervalos curtos, cobrindo em sua linha oscilante todo um ano econômico.] [Tradução do Autor]

Dos anos de 1930 também é o trabalho de Earl Hamilton, que coincidiu com as posições do *Committee*. Ele focou seus estudos na documentação contábil de hospitais e publicou, em 1934, seu célebre *American treasure and the price revolution in Spain, 1501-1650*. Anos mais tarde, em 1947, lançou seu *War and Prices in Spain, 1651-1800*. Na primeira obra, focou a chamada "Revolução dos preços", fruto da chegada massiva de metais na Europa; e, na segunda, no efeito da guerra – fenômeno constante no concerto europeu dos séculos XVII e XVIII – na formação dos preços. A obra de Hamilton influenciou gerações de historiadores, embora tenha sofrido sérias críticas nos últimos anos, especialmente sobre a representatividade dos dados.<sup>9</sup>

No Brasil, diversos trabalhos se esforçaram para estudar a história dos preços, ainda que Carrara tenha razão quando afirma que "não é gênero que tenha cativado a muitos historiadores". Seu artigo *Para uma história dos preços do período colonial: questões de método*, de 2008, é um dos últimos trabalhos sobre o assunto no país. O ano de 1971 marcou a publicação de dois importantes trabalhos: *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares*, de Eulália Maria Lobo, Octavio Canavarros, Zakia Feres, Sônia Gonçalves e Lucena Barbosa Madureira, o qual se utiliza de séries de consumo da Santa Casa de Misericórdia, da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e de dados do Jornal do Comércio para estabelecer níveis de vida na cidade do Rio de Janeiro em longa duração. No mesmo ano, Kátia Mattoso apresentou *Os preços na Bahia de 1750 a 1930*, utilizando a documentação da Santa Casa de Misericórdia de Salvador. Dois anos depois, Johnson publicou *A preliminary inquiry into money, prices and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823*, com dados de fontes contábeis de hospitais. A tese de Ângelo Carrara utilizou também séries de preços, feitas com documentação das Câmaras Municipais, por meio das almotaçarias, além de alguns contratos. Como o próprio autor afirma, "raras vezes, o

<sup>8</sup> LABROUSSE, C.-E. *Les prix...* *Op. cit.*, p. 113.

<sup>9</sup> CIPOLLA, Carlo M. *Conquistadores, pirati, mercatanti. La saga dell'argentspagnolo*. Bologna: Il Mulino, 2011.

pesquisador pode dar-se ao luxo de optar entre uma e outra. O que ocorre, de fato, é lançar-se mão do material que se acha disponível”.

### **As listas nominativas: o que eram e como eram feitas**

As listas nominativas funcionavam como uma espécie de censo. Eram feitas vila a vila e, dentro de cada localidade, listavam casa a casa – “fogo a fogo”. Nessas unidades, seus habitantes utilizavam, quase sempre, uma ordem hierárquica da política familiar. O fato de serem feitas para cada vila já era um indicativo das noções geográficas contemporâneas: a capitania paulista, assim como as demais, era compreendida como composta por pequenas unidades chamadas de vilas, e não, por uma representação espacial uniforme, homogênea e abstrata, como atualmente se pensa o território. Cada vila era dividida de diferentes modos, de acordo com suas especificidades, mas, geralmente, havia a preocupação em organizar a população dentro das “companhias” militares, o que nos faz lembrar as preocupações bélicas de produção dessa fonte. Mas é também comum encontrar tais listas divididas em bairros ou áreas, de acordo com uma leitura do espaço comum na localidade e/ou própria de quem produziu a fonte.<sup>10</sup>

Curitiba, por exemplo, foi “descrita” de um modo igual na maioria das listas, ainda que com algumas variações, reflexos de seu desenvolvimento espacial e urbano, mas também baseado na percepção geográfica dos produtores das listas. Em 1786, o Barigui, que aparece com esse nome em outras tantas listas, foi “mesclado” com a parte mais central da cidade. Em 1796, apareceu um bairro chamado *Circunvizinho* que, no ano seguinte, foi mesclado com o *Rocío*. Miguel Gonçalves de Sampaio não se mudou, mas foi registrado em diferentes classificações e passou do *Rocío* ao *Circunvizinho* no período entre 1776 e 1795, quando encontramos esse personagem. Esse dado não nos parece tão útil para entender o pensamento da época, mas mostra como as listas variam de acordo com os valores do seu produtor, com suas orientações valorativas. Além disso, o espaço, aparentemente estático, é uma realidade dinâmica e socialmente determinada.

Ressalte-se, porém, que um aspecto deve ficar claro: as listas não organizavam os habitantes, mas os “fogos”,<sup>11</sup> ou seja, domicílios, célula básica das listas. A ordem dos domicílios mudava em cada lista, trazia, geralmente, o capitão-mor como primeiro mencionado e deveria seguir uma orientação geográfica, partindo do pressuposto de que quem a preparava seguia a lógica de esgotar uma região antes de partir para outra, a fim de colocar os vizinhos mais ou menos em ordem. Por exemplo, em Curitiba, entre 1776 e 1783, João Batista Dinis, Francisco Xavier Pinto, Miguel Ribeiro Ribas, José de Andrade e Lourenço Ribeiro de Andrade

<sup>10</sup> Nossa interpretação das listas nominativas está baseada (servindo-se aqui de algumas ideias) em NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

<sup>11</sup> Para se discutir mais profundamente sobre o tema, ver: *Idem*.

aparecem sempre muito próximos nas listas, mesmo em posições diferentes em cada uma delas. Francisco Xavier Pinto continuou sendo vizinho do então capitão-mor, Lourenço Ribeiro de Andrade, em 1793, 1795 e 1797. Isso sugere que a ordem de coleta dos dados, em cada domicílio, não é sempre a mesma, mas feita em “blocos” de vizinhança. A ordem dos bairros, parece-nos, foi a mesma ao longo do período estudado, com algumas variações.<sup>12</sup>

Cada registro de fogo incluía todas as pessoas que habitavam aquele domicílio, seguindo uma ordem que claramente nos fala daquele mundo. Começava pelo chefe de família e seu cônjuge, seguido dos filhos homens, das filhas, dos expostos e dos enjeitados (em alguns casos, sobrinhos e netos aparecem também). Se o fogo tivesse agregados e escravos, eles apareceriam, nessa ordem, ainda que muitas vezes os escravos fossem apenas contados, mas seus nomes não fossem incluídos. O chefe da família era, geralmente, o homem mais velho. Mas aqui há um problema: há diversos casos em que essa regra não se aplica. Ainda que a maioria dos maiores de 60 anos fosse chefe de seu fogo, alguns eram, de algum modo, dependentes de chefes mais jovens. Nesse caso, a *performance* dos agentes mais jovens, talvez socialmente mais ativos ou bem relacionados, poderia significar uma mudança nas relações de poder dentro do fogo.

Da mesma forma ocorria com as mulheres. Há um grande número de casos, em quase todas as localidades que observamos, de fogos chefiados por mulheres, geralmente em casos de maridos ausentes, falecidos ou inexistentes (mulheres com filhos de “pai incógnito”). Apesar do patriarcalismo próprio daquela sociedade, muitas mulheres acabavam assumindo *performances* masculinas que, de algum modo, mudavam seu estatuto social particular. Com essa *performance*, elas podiam liderar o domicílio convivendo com filhos homens adultos. Mesmo diante de um filho adulto, capaz de chefiar, a manutenção do poder materno era uma possibilidade bastante plausível.<sup>13</sup>

A listagem dos filhos seguia um padrão sexual que priorizava os homens, mas isso nem sempre acontecia. A idade dos filhos poderia ser um motivo para alterar essa lógica. Em alguns casos, a ordem dos filhos seguia suas idades. É o que se vê em alguns fogos, particularmente, no censo de 1789 de Curitiba, onde, em mais de um fogo, a ordem escolhida para hierarquizar os filhos foi a etária, e não a sexual. Mas, no mesmo documento, há exemplos diversos em que são citados os homens e depois as mulheres. Mais raros, mas não inexistentes, são os casos em que as filhas mais jovens aparecem antes, como um fogo de Lages em 1803, chefiado por Maria da Conceição. Apesar de parecer irregular, havia uma regularidade dentro de cada fogo e provavelmente a ordem dos filhos não era “produzida” somente por quem fazia as listas, mas também pelos do fogo que listavam seus membros.

<sup>12</sup> Para outros estudos que tentam recuperar o movimento feito por quem produziu censos e listas, ver: GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la flor, 1999, p. 61.

<sup>13</sup> BACELLAR, C. DE A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial (Sorocaba - Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.

Em seguida, vinham os agregados e os escravos, portanto a ordem não é sempre a mesma. Há casos em que os escravos vêm antes dos agregados ou ambos vêm misturados ou sem uma ordem muito exata. Em certo sentido, esses grupos, juridicamente distantes, não pareciam tão diversos diante dos olhos de quem produzia a lista ou do chefe do fogo. Em alguns casos, essa mistura tinha sua razão de ser. Por outro lado, diversos trabalhos apontam a presença de agregados como uma espécie de “índice” social, tal como a posse de cativos o era, ainda que, no caso de quem recebia agregados, com menos poder e menos prestígio. Porém essa era uma forma de hierarquizar pessoas.<sup>14</sup>

A presença e a menção dos cativos e dos agregados, em certo sentido e em alguns casos, pode nos indicar que certos “dependentes” como esses poderiam, de alguma forma, fazer parte da família daquele domicílio, tal como os demais membros aparentados o faziam. Isso nos remete a discutir sobre os tipos de família que povoam essas vilas. Há toda uma produção historiográfica que, partindo das listas nominativas, reforça a ideia de que a família nuclear seja a predominante no contexto exato que estamos tomando. E a considerar a maioria dos domicílios que encontramos nas listas que utilizamos, tenderia a concordar com essas observações. A maior parte dos domicílios são simples, tendo, quando muito, algum aparentado, agregado ou escravo. Exceções havia, como o Capitão-mor Cláudio Calheiros, de Sorocaba, que contava sua mulher, seus filhos e 87 escravos.

Alguns elementos, contudo, devem ser considerados. De fato, os aspectos demográficos reforçam a importância numérica do domicílio simples, composto pela família nuclear. Mas isso não significa que não houvesse uma tendência a “complexificar” essas famílias “simples”. A partir de um desejo de parte dos membros de um grupo simples, talvez do chefe, mas não necessariamente de, ao longo do tempo e conforme as possibilidades, ir ampliando as relações nucleares domésticas, tendo como objetivo a ascensão a patriarca, na maior parte dos casos, impossível. Nesse sentido, estamos nos baseando em Machado, quando aponta que

o predomínio estatístico de domicílios simples (com famílias nucleares) não necessariamente significa que as ‘famílias colocadas em um nível intermediário ou inferior não se apresentam constituídas nesses termos’ [isto, é, patriarcais]. Significa apenas, de um lado, que muitas delas não eram bem sucedidas em seus intentos, e de outro, que para a maioria das chefias, somente com o correr do tempo aquele empenho se expressava na conformação de seus domicílios, como se viu no cruzamento da composição domiciliar com a idade do chefe do fogo. [...] o desejo de autonomia, e de se tornar um “pequeno patriarca”, acabava por seduzir mesmo os mais modestos, posto que sua concretização seria fonte de enriquecimento e de distinção social, portanto, de mobilidade ascendente.<sup>15</sup>

<sup>14</sup>MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX)*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006. No trecho citado, a autora faz uma referência à obra de Maria Luiza Marcílio & Roberto Guedes Ferreira. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 - c. 1850*. Tese (Doutorado em História), PPGHIS, Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

<sup>15</sup>MACHADO, C. *Op. cit.*

Utilizando o argumento de Machado, podemos pensar que, mesmo com a predominância numérica da família nuclear nas listas, modelos ampliados de família - patriarcal, extensa ou ampla - eram desejados e promovidos pelos atores sociais, com mais ou menos sucesso. Em alguns casos, esse esforço promoveu a criação de verdadeiros clãs, apesar de a maioria ter fracassado e se emaranhado na "trama das vontades" que ajudou a construir.<sup>16</sup>

Continuemos observando as listas. O que era feito com os dados obtidos "em campo"? Os dados eram reorganizados e tabulados em "mapas", resumos semelhantes ao que chamamos de tabelas na atualidade. A forma como esses "mapas" eram criados nos interessa diretamente, pois se a forma de organizar os dados brutos já nos falava daquele mundo, o que dizer das formas eleitas para seu processamento? O primeiro processamento era o resultado total do número de fogos, o que não incrementa muito nossas ideias.

O procedimento seguinte consistia em elaborar um mapa geral dos habitantes, como o feito em Lages, em 1803, cujo método era aplicado em todas as outras partes. Os fogos eram "desmontados", e os habitantes reorganizados segundo critérios sexuais, etários, de hierarquias sociais e civis. Havia dez classes de pessoas, segundo critérios etários e sexuais.

No final do Século XVIII, houve uma transformação nos padrões de confecção das listas, com novas ordens vindas "de cima", a partir do governo da Capitania de São Paulo. Essas medidas previam a uniformização das faixas etárias, com períodos decenais (quinquenais até os dez anos) e para ambos os sexos. Cada vez mais, as listas de diferentes lugares continham mais dados, como a naturalidade dos chefes de fogos e sua produção doméstica, além de referências à falta de alguns membros da família, a nascimentos e a óbitos em cada núcleo familiar.

As descrições da produção de cada fogo eram sumárias na maioria dos casos e indicavam o ramo a que o domicílio se dedicava. Em alguns casos, notoriamente os mais abastados, havia a referência precisa da quantidade de animais produzidos e exportados, além do volume de produtos agrícolas e sua comercialização, quando era o caso. Com o conjunto dos dados de produção obtidos em cada fogo, era produzido um "mapa" que indicava uma espécie de "balança de pagamentos" da vila, com o total produzido, o total comercializado, o destino das vendas e o total importado e sua origem. Era uma preocupação com a balança comercial, mas que tinha no povoado, na comunidade, o ponto de referência para esse cálculo. Essa balança de pagamentos localistas, de algum modo, confirma a noção de vila (distrito ou freguesia) como "país", expressão vulgarmente usada no século XVIII para se referir a povoações.

Por outro lado, a referência às produções de cada fogo nos revela o caráter das formas de produzir daquela economia, prioritariamente, familiares e domésticas. Não só quando o domicílio todo está articulado em função de uma atividade, caso comum dos camponeses, notória maioria dentro da amostra, como nos fogos em que a família se organiza distribuindo

---

<sup>16</sup> MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades... Op. cit.*

atividades entre si. Dentre elas: dedicação à lavoura, à pecuária, a algum artesanato e ao comércio, especialmente no caso dos tropeiros.

## Os preços nas listas

O ano de 1798 marcou uma virada na produção das listas. Informações sobre o estado da economia, antes pontuais ou esporádicas, passaram a ser a regra. Bacellar argumenta que esse movimento diz respeito à preocupação da administração lusa em incentivar "novas estratégias de desenvolvimento agrícola e implementar novos cultivos".<sup>17</sup> Um documento daquele ano marcou a nova postura sobre as listas: a preocupação com a qualidade das informações, sugerindo que muitos responsáveis pelas listas repetissem somente os dados dos anos anteriores, algo salientado por Bacellar.<sup>18</sup> As novas ordens estabelecem o método adequado de enumerar os moradores para evitar prejuízos na qualidade da informação. Da mesma forma, os párocos deveriam listar os nascimentos, os casamentos e os óbitos que registrassem, e esses dados deveriam ser enviados com o conjunto das listas de unidades domésticas e de pessoas. O mesmo documento especificava uma nova necessidade: a de elaborar mapas com a importação anual dos produtos e manufaturas do Reino, dos outros portos do Brasil e dos países estrangeiros em cada paróquia. Também exigia os dados sobre a exportação dos produtos de cada paróquia, as produções de cada uma e os preços correntes de produtos produzidos e consumidos na paróquia, os importados e os produzidos e exportados.<sup>19</sup>

Sobre os preços e as outras inovações de ordem econômica, o documento de 1798 era claro sobre como deveriam ser coletadas:

para a execução do conteúdo nesses últimos quatro mapas [assuntos de produção, comércio e preços] concorra a Câmara desse distrito com os seus assentos se os tiver, ou com as suas noções e notícias particulares e mais expediente de escrever-lhe sobre essa matéria para de comum acordo com vossa mercê entrarem no exame e averiguação dos seus objetos<sup>20</sup>

Quais seriam os assentos ou as noções das Câmaras sobre esses assuntos? Provavelmente diziam respeito aos registros da almotaçaria, referentes aos trabalhos do almotacel, responsável por uma série de controles nas vilas, especialmente sobre a economia, a saúde pública e as edificações. Ainda no medievo,

almotaçar era fiscalizar o comércio, ou garantir que todos pudessem encontrar alimentos no mercado, impondo racionamento quando preciso, ou, ainda, tabelar preços. Nesse último sentido, que chegou ao Século XIX, a almotaçaria

---

<sup>17</sup> BACELLAR, C. DE A. P. *Viver e sobreviver... Op. cit.*

<sup>18</sup> *Idem.*

<sup>19</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (doravante: AHU). SP, Mendes Gouveia, doc. 3888.

<sup>20</sup> AHU. SP, Mendes Gouveia, doc. 3613.

era qualquer tabelamento de preços, mesmo os que não eram de responsabilidade das municipalidades.<sup>21</sup>

Era uma instituição própria do universo do Antigo Regime, com fortes heranças medievais e responsável por administrar a cobrança do “justo preço”. Aqui encontramos as noções de economia próprias das sociedades onde o controle comunitário das relações de comércio dava a tônica. Estamos diante de grupos sociais para os quais a oferta e a procura não são as únicas fontes (quando são) de definição dos preços e um controle corporativo é esperado e exigido: “Durante muito tempo, conviveram o Estado centralizado iluminista e uma organização municipal ainda apegada a suas prerrogativas tradicionais.”<sup>22</sup> Ainda que pareçam instituições anacrônicas, diante das inovações do século XVIII e início do XIX, devemos lembrar que essas práticas não eram comuns apenas em Portugal e suas possessões. O mesmo cenário foi capturado para a Inglaterra de fins do século XVIII por E. P. Thompson, em *A economia moral da multidão*, ao observar grupos comunitários reivindicando o justo preço e defendendo uma noção de economia que o autor chamou de paternalista.<sup>23</sup> Quadro semelhante se reproduz na França de fins do XVIII, até nos momentos mais duros da Revolução.<sup>24</sup> Não era nenhum atraso luso ou da Capitania de São Paulo. Práticas semelhantes foram discutidas com atenção nas análises substantivas de Karl Polanyi, enfatizando o controle comunitário e estatal nas economias não capitalistas. Nesse caso, o preço não era definido exclusivamente pela oferta e pela procura, mas também por outros mecanismos sociais, dentro do que foi chamado de “mercado imperfeito”.<sup>25</sup>

Ângelo Carrara também explorou os registros da almotaçaria para a Capitania de Minas Gerais no século XVIII e pôde acessar os dados da Câmara de forma direta, pelo menos para algumas vilas. Em todos os casos apresentados havia forte descontinuidade nos dados e até escassez de informações seriáveis. Além disso, a homogeneidade dos dados é precária: em Ouro Preto, por exemplo, os preços eram fixados pela qualidade do produto. Em Mariana, a ênfase era nos comerciantes, o que torna a comparação entre os dois casos bastante problemática. E, embora ainda fosse possível observar tendências de preços, como fez o autor, as comparações com casos regionais ficariam prejudicadas.

O que as listas nominativas trazem de interessante nesse caso? Ao longo de alguns anos, elas trazem as séries de preços de quase todas as vilas da Capitania de São Paulo. Se a série temporal é curta, a abrangência espacial é relevante, o que permite a comparação espacial e seus impactos na formação dos preços, tendo em conta diversos produtos, tanto importados quanto regionais. Quanto a esses últimos, seu preço de venda no mercado local e em um contexto regional era um pouco maior, inclusive considerando um centro consumidor

<sup>21</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Revista Brasileira de História* [online], São Paulo, v. 21, n. 42, 2011, p. 365-395

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão*. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>24</sup> LABROUSSE, E. *Fluctuaciones economicas e historia social*. Madrid: Tecnos, 1962.

<sup>25</sup> POLANYI, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.



Imagem 2: Preços correntes na cidade de São Paulo para o ano de 1798 (detalhe)

	Maxi ms	Medio	Mini ms	Por
Aguard <sup>te</sup> de Cana	1800	1600	1440	Can <sup>d</sup>
Milho	360	320	280	Algr <sup>o</sup>
Feijão	640	560	480	Algr <sup>o</sup>
Arroz	320	300	280	Algr <sup>o</sup>
Amenduin	320	300	280	algr <sup>o</sup>
Azeite de Amenduin	3800	3520	3200	Can <sup>d</sup>
Farinha de Mandioca	800	640	480	Algr <sup>o</sup>
Boje <sup>ty</sup> moay	12800	12000	11000	Li <sup>o</sup>
Sal <sup>o</sup>	7000	6500	6000	Li <sup>o</sup>

Fonte: Lista nominativa de São Paulo, 1798 - Arquivo do estado de São Paulo

Antes de prosseguir, convém apresentar alguns dados comparativos entre os preços correntes nas listas nominativas e os praticados por instituições hospitalares, por exemplo. Pudemos identificar alguns registros contábeis do Hospital Militar da Cidade de São Paulo para o ano de 1803.<sup>26</sup> Esses dados apontam os preços pagos e o volume consumido de cerca de 40 produtos com informação para quatro meses em sequência: março, abril, maio e junho. Parte expressiva da lista de produtos não informa a quantidade, e outros tantos não utilizam medidas que possam encontrar equivalências, como a “medida” de aguardente. Esses descompassos impediram a comparação de um grande número de produtos. Outros tantos objetos de consumo do hospital não foram arrolados nas listas nominativas, nem como produzidos localmente e tampouco como importados. Contudo, encontramos pelo menos quatro produtos apresentados em qualidade e medidas iguais: feijão, milho, farinha (de mandioca) e arroz.

No caso do feijão e do arroz, os preços pagos pelo Hospital Militar estavam dentro da margem estabelecida nas listas. O alqueire do feijão pago naquela instituição variou de \$566 a \$746 entre março e junho de 1803. A lista nominativa com os dados de dezembro de 1802 apresentava como máximo \$800 e, como mínimo, \$600.<sup>27</sup> O mês de março tivera um preço pago no Hospital abaixo do previsto pela Câmara, mas por uma diferença bem pequena (\$600 para \$566). Para o caso do arroz, todos os preços estavam dentro do espectro estabelecido pela Câmara, que variava entre \$720 e \$960. O hospital pagou entre \$805 e \$869.

O milho e a farinha de mandioca apresentaram dados diversos, mas não de todo. A tendência foi de o hospital pagar valores abaixo do estipulado pela Câmara, sem qualquer caso de valor superior. O milho foi avaliado entre \$320 e \$400 pelo almotacel. O hospital pagou

<sup>26</sup>AHU. São Paulo, Avulsos, doc. 985.

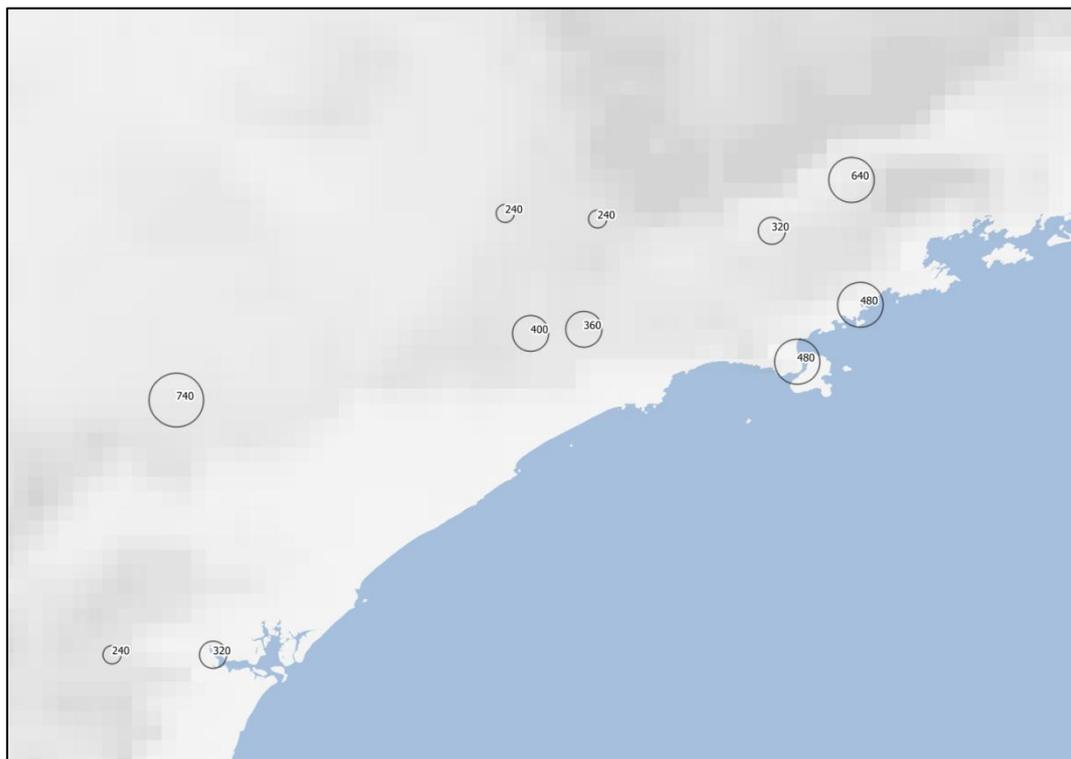
<sup>27</sup> Lista nominativa de São Paulo, 1802. Arquivo do Estado de São Paulo.

\$400, em março (o máximo aceito pela Câmara); \$254, em abril; \$278, em maio (dois meses com preços abaixo do mínimo); e \$352; em junho, este último, dentro da previsão da almotaçaria. Quanto à farinha de mandioca, avaliada entre 1\$000 e 1\$120 pela Câmara, o hospital pagou \$683, em março, e \$484, em junho, valores bastante inferiores. Ou seja, dentro dos limites dessa avaliação, o valor máximo parece ser respeitado, e o mínimo, ignorado. Não fica claro, contudo, até que ponto uma instituição hospitalar não pode ser objeto de caridade na formação dos preços ou conseguir bons descontos pelo volume negociado. Essas são questões que ainda devemos investigar mais.

## O preço das coisas: milho e feijão

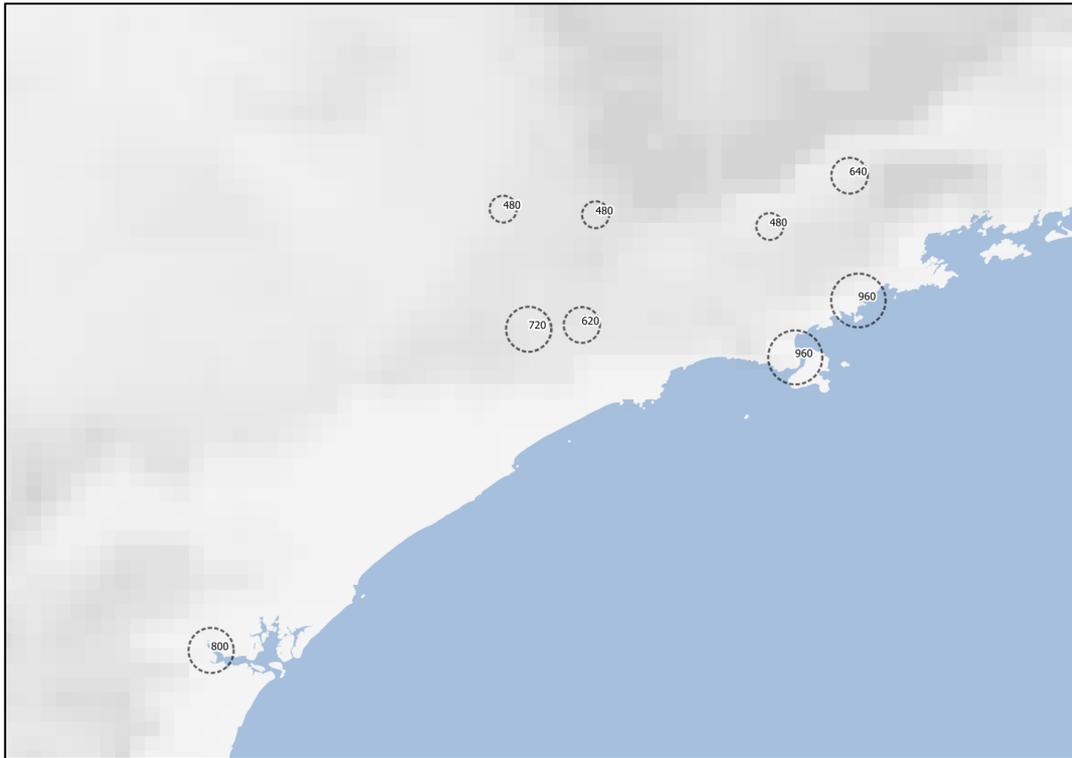
Aprofundemos nossa análise por um momento. Vejamos de perto a dispersão dos preços na Capitania. Começemos com o preço do milho e do feijão, presentes em toda a região. Os preços se dividiam em três possibilidades, como já vimos: preços de exportação, de consumo local e de importação. Para fazer uma comparação, só utilizamos neste estudo os preços do consumo local, haja vista a alta produção desses grãos na capitania. Da mesma forma, utilizamos apenas preços com as mesmas medidas, nesse caso, em alqueires, uma medida de volume usada com frequentemente na época. Observemos os preços do milho na região:

Figura 1 - Valores máximos do preço do milho nas listas nominativas de São Paulo em 1798



A primeira constatação é de que não há uniformidade nos preços. Localidades vizinhas movimentam preços muito variados, que aparentemente não são produzidos pelo mercado regional. O consumo da capitania não era suficiente para gerar um valor comum aproximado do preço do milho. Embora estejamos falando de séries produzidas pelas Câmaras, já vimos que não estavam tão distantes das práticas correntes. Por outro lado, mesmo que fossem desconectadas dos valores pagos nas ruas, isso pode valer para todas as vilas e não explica as diferenças de mais de 300%. Caso semelhante ocorre com o preço do feijão:

Figura 2 - Valores máximos do preço do milho nas listas nominativas de São Paulo em 1798



Ligeiramente superior ao preço do milho, o feijão também é bem distribuído na Capitania. A variação espacial é igualmente heterogênea e não indica a incidência de um preço marcado por um mercado integrado regional. Observando de perto, podemos constatar que a variação é muito semelhante à do milho. Nos locais onde o milho é mais caro, o feijão também custa mais. Há, contudo, uma interessante regularidade: quanto mais próximos do Rio de Janeiro (leste do mapa), mais caros são esses grãos. Isso pode significar que a demanda da Capital do Vice-reino pode influenciar a variação dos preços mais do que o conjunto das vilas e a própria cabeça da capitania paulista.

Por fim, consideramos relevante apontar ao menos um fator que explique essa variação tão pouco homogênea: o valor dos fretes. Se o preço local pode ser dado pela oferta e pela procura, o mesmo não ocorre para a escala regional. Estamos tratando de distâncias expressivas, de mais de 60 quilômetros entre aquelas vilas. Para esse tipo de circulação o preço do frete não era nada desprezível. As mesmas listas nominativas nos falam dele.

Encontramos o valor máximo de \$400 por arroba para o trecho entre Itu e Santos (ou seja, descendo a serra), que ficam a mais de 120 quilômetros de distância uma da outra.<sup>28</sup> Supondo que um percurso menor, metade desse trajeto, ou seja, 60 quilômetros, custasse \$200, isso significaria um aumento brutal no preço de cada arroba de grão e inviabilizaria sua comercialização muito além do seu local de produção. Essa variável não pode ser ignorada e tampouco explica tudo. Muitas das localidades que produziam milho e feijão exportavam esses produtos mesmo com esse alto preço do frete.

## Conclusão

As listas nominativas podem ser úteis como um acesso privilegiado aos dados da almotaçarias coloniais para a Capitania de São Paulo. Logo, são fontes possíveis para o estudo dos preços na região entre os finais do século XVIII e inícios do XIX. Evidentemente, tais documentos têm seus limites de uso e seu emprego pode ser mais proveitoso, ou menos, de acordo com a pergunta que orienta as pesquisas. Nesse caso, considerando a dispersão das fontes em um curto recorte de tempo, talvez o melhor uso desses materiais seja na comparação das economias regionais e sua integração, para avaliar até que ponto os mercados locais estão conectados. Apresentamos alguns resultados de seu emprego no conjunto da economia paulista de finais setecentos. Porém, essas observações não nos dão respostas definitivas, mas novas inquietações que podem servir para incrementar os estudos de preço na chamada época colonial.

**Tiago Luís Gil:** Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, onde pesquisa economia colonial e geoprocessamento. É autor de *Infiéis transgressores* (Arquivo Nacional, 2007) e de *Como se faz um banco de dados (em história)* (Ladeira Livros, 2015).

---

<sup>28</sup> Lista nominativa de Itu, 1798. Arquivo do Estado de São Paulo.